



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REQUERENTE: W F EMPREENDIMENTOS & CONSTRUÇÕES DIVINENSE,

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024

PREGAO ELETRÔNICO N.º 006/2024

OBJETO: Registrar preços para contratação de empresa especializada em locação de equipamentos pesados (máquinas e caminhões), incluindo combustível e operador habilitado, em atendimento às demandas da Prefeitura de Cataguases-MG.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2024, às 08h26, foi recebida via e-mail a peça impugnatória e do processo em epígrafe, sob a qual passo a me posicionar nos seguintes termos:

DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme estipulada na **CLÁUSULA 18, subitens 18.1** – “18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame” e “18.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio de endereço eletrônico: pregaocataguases@gmail.com” dirigidas ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pela Procuradoria Jurídica Municipal.” **(GRIFO NOSSO)**

Cabe portanto, analisar, preliminarmente, se foram cumpridos os requisitos de admissibilidade exigidos para tanto, de acordo com o que preceitua o ato convocatório.

O prazo para a impugnação é de até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹:

“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 164 da Lei nº Lei 14.133/21, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta”²

E exemplifica:

“O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e na forma da contagem geral dos prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos.”

Insta salientar que a data de abertura do referido processo fora suspensa, em razão de diligências que estão sendo realizadas para alteração no edital, para o dia 18/07/2023, conforme publicação no Diário Oficial do Município no dia 25/06/2023.

Embora não cumpridos todos os requisitos de admissibilidade, por se tratar de matéria de interesse público aceito o recurso, passando à decisão.

DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O Impugnante como escopo fundamental de suas alegações requer que o edital seja reformado no seguinte ponto:

¹ In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 2ª edição, 2007, págs. 609/611

² Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

- ✓ Que seja alterado o item 5.1.2 em relação a exigência da marca, alegando que só é admitida quando estritamente necessária para atender às exigências de padronização, devendo haver prévia justificativa para essa escolha.
- ✓ Que seja alterado o item sobre a validade das propostas alegando que informa um prazo mínimo de validade mas não um prazo terminativo, informando até que restringe a competitividade.
- ✓ Alega que a qualificação técnica exigida de 50% de execução de cada item configura exigência desproporcional e restritiva;
- ✓ Alega que foi estipulado preços unitários dos itens, sem contudo, indicação de valores válidos para o preço estimado, alegando que são valores demasiado expressivos e que gerou preocupação sobre a equivalência dos custos e a real necessidade da Administração e possível prejuízo ao erário, alegando também que o ETP foi genérico.
- ✓ O licitante alega sobre a obrigatoriedade da aplicação da LGPD nº 13.709/2018.
- ✓ O licitante alega sobre a obrigatoriedade da aplicação do Pacote Anticorrupção nº 12.846/2013.

Passo a analisar os requerimentos:

DA ANÁLISE:

Em relação da **exigência de marca**, este item trata-se apenas de explicação do layout da página do sistema eletrônico, que será utilizado (www.gov.br/compras) para realização do certame, informando quais campos devem ser preenchidos. Em nenhum momento o Edital diz que "Marca" será critério para habilitação, desempate ou qualquer outra forma de classificação no certame.

Em geral, quando o licitante apresenta sua proposta, se faz necessária a indicação da marca e é completamente possível essa exigência já que não estamos direcionando e tampouco exigindo uma marca específica. Apesar de ser uma licitação de serviços não está errado a exigência de 'marca' no campo das propostas já que também é obrigatório o preenchimento no Compras Governamentais.

"5. DA DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor total do item;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações, que podem ser similares ou de qualidade superior às especificações/informações do Termo de Referência, ANEXO I deste edital...".

Em relação a validade das propostas, sem razão o licitante, pois a validade de propostas está compatível com a Lei 14.133/2021 art. 90, ou seja, informar um prazo mínimo de 60 dias de validade para as propostas comerciais, compatível com a duração do certame.

Pela lógica, decorridos 60 (sessenta) dias, caso licitante informe o prazo de 60 dias, da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

Em relação a **qualificação técnica de comprovação de no mínimo 50% da execução**, sem razão o licitante, conforme o mesmo informa em sua impugnação:



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

"É irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar.

(...)"

O edital não está exigindo superior a 50%, apenas no MÍNIMO 50%, ou seja, completamente dentro dos padrões aceitáveis, sem contar que estamos lidando com uma licitação POR ITEM, onde uma empresa é capaz de vencer apenas em um item, e a exigência do atestado com um mínimo de 50%, asseguramos que as empresas licitantes possuem experiência comprovada na operação e manutenção das máquinas a serem locadas. Isso reduz significativamente o risco de contratarmos empresas inexperientes ou incapazes de fornecer os serviços, demonstra que a empresa possui o conhecimento e a expertise necessários para lidar com os desafios específicos associados à locação de máquinas. Isso aumenta a confiança da administração pública ou do contratante privado na capacidade da empresa de entregar os resultados esperados

A exigência é fundamental para proteger o interesse público. Garantir que apenas empresas qualificadas participem do processo de licitação ajuda a evitar práticas de corrupção, favorecimento ou subcontratação inadequada, promovendo a transparência e a equidade no uso dos recursos públicos.

Embora uma exigência de no mínimo 50% fez com que o licitante manifestasse em sua impugnação, ela não impede a participação de empresas menores ou mais recentes no mercado. Pelo contrário, incentiva essas empresas a investir em seu desenvolvimento técnico e aprimoramento de suas habilidades para atender aos padrões exigidos. Isso, por sua vez, promove um ambiente de mercado mais competitivo e saudável.

Em relação aos **preços unitários dos itens e sobre elaboração de ETP**, onde alega preocupação sobre a equivalência dos custos e a real necessidade da Administração e possível prejuízo ao erário.

Conforme resposta do setor responsável, o qual integra a presente decisão:

"Em relação aos preços unitários dos itens, apesar de entendermos que as cotações obtidas pela plataforma Banco de Preços, que são valores homologados por outros entes em processos licitatórios estavam de acordo, e que as cotações foram realizadas em conformidade com a Lei 14.133/2021, art. 23 e não houve nenhum tipo de pontuação sobre o valor unitário, apenas alegações sem fundamento.

Apesar de não ter sido pontuado nada de forma clara em relação às cotações, a Administração pelo princípio da transparência solicitou novos orçamentos a empresas da cidade e região com a devida composição dos preços unitários, que seguem juntamente com a cotação feita pela plataforma onde pode se observar não haverem grandes diferenças nos preços de ambas.

Em relação a elaboração de ETP, onde alega até mesmo preocupação sobre a equivalência dos custos e a real necessidade da Administração e possível prejuízo ao erário, reavaliemos o ETP e TR fazendo algumas alterações para melhor entendimento.

Sobre a real necessidade o qual o licitante acredita ser excessiva e sem justificativa, o que também aparentemente demonstrar ser apenas uma opinião e não base para uma impugnação, ainda assim também anexamos documentos que comprovam a devida necessidade de tais quantidades e salientamos que de acordo com o art. 84 da lei 14.133/21 a ata de registro de preços resultante do processo pode ter validade de até 2 anos.

O ETP e TR foram elaborados por servidores técnicos atuantes na Administração e que possuem total capacidade de informar a real necessidade da contratação de forma clara e objetiva e o registro de preços prévio para as horas máquinas oferece flexibilidade e agilidade na contratação de serviços adicionais ou suplementares durante a vigência do contrato. Pode-se utilizar o registro de preços para adquirir horas



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

adicionais de máquinas conforme a necessidade, sem a necessidade de realizar novos processos licitatórios, agilizando assim a resposta às demandas emergenciais ou imprevistas."

Em relação a obrigatoriedade da aplicação da LGPD nº 13.709/2018, apesar da Administração já estar se adequando à LGPD e já temos a cláusula inseridas nos contratos padronizados. Pelo princípio da igualdade, da isonomia, da publicidade e da transparência e em concordância e recomendação da Procuradoria Geral do Município, está sendo inserido no preâmbulo e na minuta da ata de registro de preços.

Em relação a obrigatoriedade da aplicação do Pacote Anticorrupção nº 12.846/2013, apesar das declarações exigidas no edital. Pelo princípio da igualdade, da isonomia, da publicidade e da transparência e em concordância e recomendação da Procuradoria Geral do Município, está sendo inserido no preâmbulo e na minuta da ata de registro de preços. Essa possibilidade de implantação de programas de integridade foi inserida na Lei nº 14.133/2021, porém, ficou muito restrita, conforme disposto no § 4º do artigo 25, pois não é obrigatória para todas as contratações, visto que se exige tal obrigatoriedade de para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto. Apesar do valor estimado é uma licitação de registro de preços podendo ter validade por até 02 anos.

DA DECISÃO:

O edital será retificado e republicado conforme demonstrado acima.

A realização do Processo Licitatório se dará no dia 08/05/2024 às 09:00 horas

O edital retificado estará disponível a partir do dia 22 de abril de 2024 no site www.cataguases.mg.gov.br, no <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, podendo também ser solicitado por email pregaocataguases@gmail.com

A presente decisão será comunicada ao impugnante e será parte integrante no edital retificado.

Cataguases, 19 de abril de 2024.

Janete Aparecida Garcia
Agente de Contratação/Pregoeira do Município de Cataguases